

RECURSO ADMINISTRATIVO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 042/2025– Item 9.20 do Edital

CRN COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 50.038.750/0001-20, com sede à rua Sérvulo Mello, nº 51, caju – Silva Jardim/Rj, por intermédio de seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da exigência contida no item 9.20 do edital, pelas razões a seguir expostas:

I – DO OBJETO DO RECURSO

O edital em referência, no item 9.20, dispõe que:

“Certificado de vistoria dos veículos destinados ao transporte dos alimentos, emitido pela Vigilância Sanitária Competente (Municipal, Estadual ou Federal), dentro da validade.”

Tal exigência está sendo interpretada como condição para habilitação, contudo, conforme demonstrado adiante, essa obrigação só pode ser exigida após a contratação, e não no momento da fase de habilitação.

II – DA IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA NA FASE DE HABILITAÇÃO

O art. 67 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que as exigências de habilitação devem se restringir a aspectos indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Exigir certificado de vistoria de veículo antes da contratação impõe uma condição excessiva e desproporcional, pois:

1. O transporte só ocorrerá após a adjudicação e contratação, sendo ilógico e oneroso exigir que a empresa disponha do veículo vistoriado antes mesmo de saber se será contratada;
2. O próprio serviço (fornecimento com transporte) não se materializa na fase de habilitação, mas apenas na execução contratual;
3. O art. 63, §1º da Lei 14.133/21 dispõe que a Administração pode exigir documentos adicionais apenas após a fase de habilitação, desde que relacionados à execução do contrato.

Assim, a exigência no momento da habilitação cria barreiras à competitividade, afrontando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia previstos no art. 5º da Lei 4.133/21.

III – DA JURISPRUDÊNCIA E FUNDAMENTAÇÃO ADICIONAL

O Tribunal de Contas da União já decidiu que documentos ligados à execução do objeto não podem ser exigidos na habilitação, mas apenas no momento oportuno, sob pena de restringir a competitividade:

“É irregular a exigência de requisitos voltados à execução do contrato na fase de habilitação, devendo estes ser exigidos somente do licitante vencedor, após a contratação.”
(Acórdão TCU 2.622/2013 – Plenário)

A exigência antecipada do Certificado de Vistoria contraria o entendimento consolidado pelo TCU, além de configurar cláusula restritiva à competitividade, vedada pelo art. 17 da Lei 14.133/21.

IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

- a) O provimento deste recurso, para que seja revogada a exigência do item 9.20 na fase de habilitação, estabelecendo-se que o Certificado de Vistoria do Veículo seja apresentado somente após a assinatura do contrato e antes do início da execução, garantindo a conformidade legal e a competitividade do certame;
- b) Caso já tenha havido decisão que desclassificou a empresa por ausência do referido certificado, que seja reconsiderada a decisão e reabilitada a licitante.

Nestes termos, pede deferimento.

Silva Jardim, de Agosto de 2025.



CRN COMERCIAL LTDA
50.038.750/0001-20

Carlos Roberto Soares Nunes Júnior